

## Abrantes reclama 50 milhões

■ Uma petição popular, com cerca de mil assinaturas, vai ser entregue hoje no Tribunal Constitucional, reclamando uma nova oportunidade para analisar um pedido de indemnização de 50 milhões de euros, que a Câmara de Abrantes reclama. O caso remonta a 1993, quando o Governo isentou de sisa a venda da Central Termo-Eléctrica do Pego feita pela EDP à Tejo Energia, impedindo a entrada nos cofres da autarquia de 13,5 milhões de euros. Para o movimento 'Por Abrantes, por justiça!', este valor corresponde a um prejuízo actual de 50 milhões de euros para o concelho, já que a Câmara ficou reduzida na sua margem de candidatura a fundos comunitários.

“Esta petição colectiva tem como objectivo solicitar ao Tribunal Constitucional a reapreciação de um caso que percorre várias instâncias da Justiça portuguesa e cujos contornos indicam uma clara violação da Lei das Finanças Locais”, referiu a organização do movimento popular. Inicialmente, a Câmara Municipal instaurou processos nos Tribunais Administrativos, pedindo a condenação do Estado ao pagamento de uma indemnização ao município. Os autores da acção ganharam o processo na primeira instância, que condenou o Estado a pagar uma indemnização de 50 milhões de euros, mas o Supremo Tribunal de Justiça decidiu de forma contrária. - M.T.R. ●

17 Nov. 2005